



## **Comunicação e educação para a cidadania de gênero: diagnósticos e propostas<sup>1</sup>**

### **Coordenação:**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alice Mitika Koshiyama (ECA-USP)

### **Participantes:**

Alice Mitika Koshiyama<sup>2</sup>, docente, Universidade de São Paulo – USP

Maria Otília Bocchini<sup>3</sup>, docente, Universidade de São Paulo – USP

### **RESUMO**

O grupo trabalha com ensino de comunicação, estuda teorias e apóia práticas referentes ao desenvolvimento da cidadania da mulher, um tema presente na história (cf.: M. Perrot). Apesar das mudanças na sociedade, problemas relatados pelos movimentos feministas nos últimos 40 anos persistem: os direitos de cidadania são plenos apenas para a minoria das mulheres. Por isso, nos espaços do nosso trabalho cotidiano, nas atividades de docência, pesquisa e extensão à comunidade, desenvolvemos atividades específicas do campo acadêmico imprescindíveis para revelar as possibilidades e as barreiras para o desenvolvimento da cidadania da mulher – dos direitos humanos ao desenvolvimento da autonomia para decidir sobre todos os assuntos da sua vida. Relatamos reflexões teóricas e experiências vividas para debater novos caminhos para o futuro.

### **PALAVRAS-CHAVE**

comunicação; gênero-mulher; feminismo ; práticas de ensino; pesquisas

### **PROPOSTA DA MESA<sup>4</sup>**

#### **1. A igualdade na Constituição**

---

<sup>1</sup> Mesa apresentada no III Colóquio Multitemáticos em Comunicação - Multicom, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Alice Mitika Koshiyama é mestre em Ciências da Comunicação (ECAUSP), doutora em Literatura Brasileira (FFLCHUSP) e Livre-Docente em Jornalismo. É docente do Curso de Graduação em Jornalismo e Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Construção da Cidadania da ECAUSP/CNPq. Autora de Monteiro Lobato, escritor e editor, 2<sup>a</sup>. ed. ilustrada, São Paulo:EDUSP ( Editora Universidade de São Paulo) ,2006. Pesquisadora de jornalismo, história, cidadania, ensino, gênero, políticas públicas. E-mail: alicemitika@yahoo.com

<sup>3</sup> Maria Otília Bocchini é mestre em Comunicações pelo IMESP e doutora em Ciências da Comunicação pela ECAUSP, é autora de Para Escrever Bem (com M.Elena O.Assumpção), Manole, 2002. É docente do Curso de Graduação em Produção Editorial e do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Membro do Núcleo de Pesquisa Jornalismo e Cidadania e do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Construção da Cidadania da ECAUSP. Pesquisadora de livros didáticos, redação de texto acessível e políticas públicas. E-mail:otiliabocchini@uol.com.br

<sup>4</sup> Agradecemos à professora da UFJF – Dra. Cláudia Regina Lahni -- pela sua contribuição ao tema desta mesa temática e pelo trabalho desenvolvido na sua prática de ensino, pesquisa e extensão. Por motivos alheios a nossa vontade está ausente desta mesa.



Na nossa formação como cidadã, assumimos posições concretas diante de questões sobre o destino da mulher na sociedade. Nas atividades de docência e pesquisa trabalhamos com a perspectiva da história e da defesa da cidadania. A Constituição Federal de 1988 reconhece a igualdade de direitos entre homens e mulheres, e afirma a plena capacidade da mulher para agir e resolver todas as questões da sua vida adulta, sem uma tutela masculina. Pela Constituição anterior, a mulher era um ser semi-capaz, como os menores e índios.

No entanto, na vida prática muitas discriminações persistem com a complacência e até a ignorância dos direitos pela maioria da população. No limite, há pessoas que conhecem a lei e não a aceitam, rejeitam a prática da lei.

Por isso, é importante desenvolver estudos nas diversas disciplinas do curso de comunicações sobre temas que demandam esclarecimentos. Uma abordagem humanista do feminismo (cf.: Carmen da Silva) permite problematizar os direitos e obrigações de homens e mulheres em suas relações e na vivência dos valores da cidadania. Temos inclusive produzido textos que tem sido apresentados em múltiplos circuitos como aulas, congressos e entrevistas porque abordam temas básicos como o da violência contra a mulher, como é o caso do texto “O assassinato da jornalista Sandra Gomide: violência de gênero em uma rotina de assédio moral no trabalho”, apresentado no Congresso da INTERCOM em 2005, no GT-Minorias.

## **2. A longa duração do feminismo**

Em uma pesquisa acadêmica recente A. M. Koshiyama comprovou o comprometimento da escritora Ercília Nogueira Cobra (cf.: *Virgindade Anti-higiênica - Preconceitos e convenções hipócritas*) com os valores da igualdade de gênero, com a proposta de uma nova educação [nos anos vinte do século passado] para as mulheres de todas as classes sociais, preparando-as para o trabalho e a vida em sociedade livre de tutelas masculinas.

Ao propor o fim da dupla moral em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, tocava em uma questão só desenvolvida e equacionada pelos movimentos feministas das últimas décadas do século vinte, mas não solucionada ainda (há religiões e estados que continuam discriminando a mulher em todos os direitos de cidadania).



A repressão que sofreu das autoridades religiosas católicas, que interditarão seus textos, e policiais que apreenderam seu livro, não arrefeceram sua radical oposição ao mundo que a oprimia.

Ercília Nogueira Cobra discordava do conceito de higiene mental da psiquiatria dominante que diagnosticava o desajuste psíquico, a histeria em mulheres. Ela demonstrou que o desajuste estava no sistema social e ao denunciar o sistema, adotou um discurso radical feminista.

Mas ela não se agrupou com as mulheres que lutavam, na mesma época, pelos direitos civis e políticos, como o de votar. Não formou grupos, não teve organizações e nem meios de comunicação, na sua época, que ampliassem a divulgação de suas idéias. Exceto o editor e escritor Monteiro Lobato, um simpatizante da causa feminista, que publicou a 1ª. edição de *Virgindade Anti-Higiênica* e fez propaganda do livro.

Sua obra e sua vida apontavam para o futuro muito distante, pois as mulheres naquela época estavam destinadas a lugares marcados: o lar, o prostíbulo, o convento, conforme demonstra uma tese de doutorado (cf. Margareth Rago. *Os prazeres da noite*).

Nos anos sessenta do século vinte várias das propostas de Nogueira Cobra sobre direitos sexuais e reprodutivos integravam a pauta dos movimentos feministas, comprovando-se a sua pertinência para a história das mulheres. Elas se agrupavam em movimentos sociais e conseguiam legitimidade como área de pesquisas históricas (cf.: depoimento de Michelle Perrot a Laura Greenhalg, sobre o primeiro curso que organizou na Sorbonne sobre história das mulheres).

Em relação ao feminismo de Cármen da Silva, notamos diferenças na visão de Ercília Nogueira Cobra, pelo padrão único de comportamento proposto às mulheres, o de se igualar aos homens nas oportunidades de educação, trabalho e exercício da sexualidade. Mulheres deveriam estudar e se formar para ocupar um posto no mercado de trabalho e serem independentes da tutela masculina em todos os momentos de sua vida.

Entendemos que no tempo de Ercília Nogueira Cobra, a mulher vivia sob o peso esmagador do anti-higienismo das leis e dos costumes, o que impedia o seu pleno desenvolvimento: intelectual, físico e emocional. E que Ercília lutou contra a religião dominante, as leis, a medicina, a polícia e a maioria de mulheres e homens insensíveis à sua pregação inovadora.

O feminismo de Cármen da Silva propunha mudar os papéis de homens e mulheres na sociedade: modificar leis, dividir tarefas, compartilhar papéis de cuidar dos filhos e da casa e trabalhar em uma profissão. Eram idéias de possível execução nos anos sessenta do século XX, as mulheres podiam investir na autonomia. Elas podiam, em tese, decidir o que fazer, embora continuasse a haver, como ainda hoje, oposições de homens que negam às mulheres a igualdade nos direitos, fato comprovado com os constantes atos de violência contra a mulher.

Assumimos a tese de que o feminismo não é uma categoria única, e que há diferenças pautadas pelas perspectivas individuais das militantes e das épocas em que viveram. Segundo leitura que fizemos (cf.: Koshiyama. *Communication, identité et citoyenneté féminine...*), Cármen propunha uma mulher protagonista de sua história, e, ao longo dos anos de revista *Cláudia* procurou mostrar como isso podia ser

### **3. Um olhar para o futuro**

A distância no tempo mostra a permanência de uma situação em vários lugares do mundo: o não reconhecimento pleno da autonomia da mulher sobre a sua saúde física e mental, a negação dos seus direitos de cidadania – civis, políticos, econômicos, sociais e humanos, inclusive os sexuais e reprodutivos.

Ercília Cobra debateu explicitamente as questões da sexualidade e da reprodução, que eram silenciadas ou camufladas nos anos vinte do século passado, como direitos e como temas da saúde da mulher. Do seu texto, extraímos uma conclusão: virgindade, gravidez, aborto, maternidade são processos vividos pelos corpos das mulheres, mas são as pessoas na cultura que atribuem valores, constroem os ritos e elaboram os mitos sobre esses momentos. Por este trabalho, comprovamos que a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos é um tema de longa duração (cf.: F. Braudel) na história das mulheres, mas a sua efetiva conquista é um processo desigual e nunca permanente, pois é sujeito a retrocesso.

Pensamos que na história, os direitos de cidadania da mulher vinculam-se aos valores que a cultura propõe sobre as suas possibilidades de viver a sua condição como ser humano. Conforme nos lembra Agnes Heller, na obra *O cotidiano e a história*, é na vida cotidiana que nossos valores se expressam, são modificados ou destruídos.

E ainda hoje, o acesso da mulher aos direitos de cidadania é uma questão de gênero e uma questão de classe e também um problema da cultura com múltiplas



influências, e necessita da ação de movimentos sociais organizados, da execução de políticas públicas e de estado e de um inovador trabalho de uso de todos os processos de informação e de comunicação do mundo contemporâneo. A mídia contemporânea, apesar do conhecimento acumulado sobre as questões de gênero-mulher apresenta, em geral, uma interpretação conservadora dos temas e coloca a necessidade de um engajamento maior da universidade no debate. É preciso desenvolver políticas e estratégias de comunicação eficazes que envolvam mudanças em todos os setores da sociedade nas relações de gênero, e não apenas nas políticas públicas referentes a cidadania da mulher. E vemos a contribuição que os estudos de comunicação e as práticas de pesquisa, ensino e extensão oferecem para a cidadania das mulheres, conforme debatemos a seguir.

#### **4. Linguagem sexista e cidadania das mulheres**

A universidade tem um papel importante na mudança de mentalidades, na construção da democracia e da cidadania. Na área de comunicações, tem relevo a questão da discriminação sexista operada no campo da linguagem, já que persistem, nas publicações do país, o masculino genérico e outras estratégias de linguagem contrárias à cidadania das mulheres.

O uso predominante de linguagem sexista parece quase intocado pelos vinte anos que decorreram desde a publicação de guias da Unesco com diretrizes para uma linguagem neutra quanto aos gêneros-sexos. Frutos da produção acadêmica e da pressão de feministas de vários países, tais diretrizes, de 1987, alcançaram 3ª edição em 1999 e estão disponíveis no site da Unesco. Em inglês, espanhol e francês, os guias intitulam-se: *Guidelines on Gender-Neutral Language, Pour l'égalité des sexes dans le langage e Recomendaciones para un uso no sexista del lenguaje.*

Essas ações oficiais, de caráter internacional, reconhecem a existência (internacional) do sexismo, da discriminação de gênero. E, para não passarem por cínicas, indicam ações concretas para a construção da igualdade de gênero. Mas, é preciso compreender que essas ações oficiais não são o início de uma história. Os marcos mencionados não caíram do céu, mas foram frutos da pressão exercida pelas feministas. Elas atuaram a partir de seus movimentos, de sua presença na pesquisa e na docência acadêmica, em órgãos de comunicação, por dentro dos partidos políticos, sindicatos e muitas outras formas de associações.

A universidade tem um papel importante na mudança de mentalidades, na construção da democracia e da cidadania. Na área de comunicações, tem relevo a questão da

discriminação sexista operada contra a cidadania das mulheres no campo da linguagem. Pessoas que trabalham com comunicação, como profissão, docência ou objeto de pesquisa, não podem estar alheias à questão, se estão comprometidas com a democracia e com a cidadania.

Estudos acadêmicos e percepções das feministas foram permitindo analisar as principais estratégias de discriminação e preconceito contra as mulheres na linguagem. O conhecimento e reconhecimento dessas estratégias é um primeiro passo para as mudanças. Apresentam-se a seguir algumas dessas estratégias.

#### A- Ocultação simbólica e cultural da existência:

Essa estratégia de ocultação das mulheres opera por meio do masculino genérico, da inexistência de formas lexicais femininas, do não reconhecimento de tais formas. Tina Amado é tradutora e experiente profissional de editoração. Para o livro *Educar para a igualdade: gênero e educação escolar* (2004), traduziu textos do inglês e fez a preparação de textos de todo o volume. Para referir-se à categoria docente, ela poderia simplesmente fazer o que é mais habitual em nossa cultura: optar por professores, o termo considerado genérico. Mas, enfrentando criticamente a questão, escreveu, para o volume, o texto “Professora ou professor”, em que debate as escolhas que fez na tradução e as escolhas que fizeram as autoras brasileiras, para referir-se à categoria docente.

Nos textos nacionais manteve a escolha da maior parte das autoras pelo dito genérico masculino. Nas traduções procurou alternar as opções professoras e professores, professorado, docentes, professorado, comentando os limites de cada uma dessas opções. Ao dizer que o masculino genérico é o terror das tradutoras, Tina Amado comenta: “Espero que, apesar do emprego do feminino, tradutores preocupados com a questão, como Tomás Tadeu Silva, se sintam incluídos, tal como sou forçada a me sentir, no caso inverso, em inúmeras situações do dia-a-dia e na leitura da maioria dos textos” (2004, p 15). Mas sempre há quem zele para que homens nunca tenham que fazer tal esforço de auto-inclusão. Tina Amado preparou para um órgão público a edição de um material dirigido às professoras de 1ª a 4ª série, mantendo o uso do feminino. Recebeu o material de volta para “correção”, isto é, conversão para o masculino. A alegação foi a de que havia, principalmente concentrados no interior, 1,5% de professores do sexo masculino (Amado, 2004:17).

Em 1989, o Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo, traduziu e publicou o livro da Unesco *Não aos estereótipos: vencer o sexismo nos livros para crianças e nos manuais escolares*. Na avaliação de livros didáticos brasileiros, há



mais de dez anos se exige que tais publicações não contenham discriminação de sexo. Pelo menos não se admite mais em tais livros as expressões *o homem* ou *os homens* como termos genéricos para indicar humanidade.

Em vez de incluir as mulheres, o masculino genérico as oculta. O uso do masculino genérico não pode ter a pretensão de ser neutro, como muitas pessoas acreditam. Ele não é senão uma construção ideológica. Geradora de ambigüidades, como nos exemplos:

- Os mongóis foram grandes conquistadores. Nas localidades a que chegaram, tomaram dos camponeses suas terras e prostituíram suas mulheres.
- Perguntada sobre se tinha filhos, a mãe de Adriana e Rosa respondeu: “Tenho dois”.

B - A inexistência de formas lexicais femininas ou não reconhecimento de tais formas:

As francesas precisaram de um ato oficial, em 1986, para obterem a obrigatoriedade do uso de ministra, deputada, doutora, professora. A partir dessa lei, as ofertas de emprego não podiam mais alegar falta de denominação em francês para oferecer vagas somente para homens.

C- A feminização dos substantivos referentes a profissões ajuda as meninas a sonhar com novas possibilidades profissionais, a não cair no engodo de uma sociedade que alega não ter palavras somente porque o acesso das mulheres é recente em algumas dessas profissões (Houdebine-Gravaud, 1999-30).

Os dicionários costumam apresentar as formas cristalizadas e testemunham o sexismo que perpassa a cultura. No dicionário Houaiss, de 2001, se declara, em texto introdutório: “1.6.4. As formas femininas de nomes de animais, profissões, nomes de parentesco etc só ganharam entradas separadas no dicionário quando contavam com acepções ou locuções inexistentes na forma masculina. Exemplos: gata, macaca, canária, tia, filha, prima, médica, mestra, bailarina. 1.6.4.1. Os raros casos em que tal regra foi quebrada justificam-se pelo inusitado do registro. (Houaiss e Villar, 2001:xix). No dicionário, o verbete *tia* repete várias acepções idênticas ao do verbete *tio*. Mas, a acepção 5 diz: “dona de lupanar” e a 6 arremata: “designação atribuída ao homossexual de meia-idade”. Outros exemplos do mesmo Houaiss:

pilota 1. *infrm.* exaustão provocada por longa caminhada. 2. privação de alguma coisa que se possuía; perda, prejuízo. 3. derrota, revés. 4. censura áspera.

piloto 1. aquele que pilota navio mercante 2. prático 3. aquele que dirige qualquer embarcação 4. indivíduo que dirige uma aeronave 5. *B* motorista de provas automobilísticas.





médica 1. certa espécie de alfafa. O verbete menciona a homonímia entre médica, como f. de médico (adj.s.m) e o topônimo Médica. A homonímia se daria, então, apenas entre o adjetivo médica e o topônimo. Donde se conclui que o substantivo médica não existe, a não ser como espécie de alfafa.

médico 1. aquele que se formou em medicina e pode exercê-la.

professor 1. aquele que professa uma crença 2. aquele cuja profissão é dar aulas em escola, colégio ou universidade: docente, mestre 4. fig. indivíduo muito versado ou perito (em alguma coisa)

professora 1. mulher que ensina ou exerce o professorado 2. *B, N.E. infrm.* prostituta com quem adolescentes se iniciam na vida sexual.

profeta. 1. pessoa que anuncia os desígnios divinos, que prediz acontecimentos por inspiração de Deus.

mestra. 1. mulher que se dedica ao ensino, professora.

mestre. 1. pessoa dotada de excepcional saber, competência, talento em qualquer ciência ou arte (Said Ali foi um m. da filologia, um dos grandes m. da música).

Vale análise em separado do uso de aquele, mulher e pessoa no início do texto que define o verbete.

#### D- Assimetrias do léxico:

Como se viu nos exemplos acima, há uma atribuição de caráter restritivo ou pejorativo, ou as duas coisas, a formas femininas de palavras que indicam atributos. São eloqüentes os exemplos chefe e chefea, sargento e sargenta, homem honesto e mulher honesta, homem sério e mulher séria, poeta e poetisa.

#### E- Privilégio na enumeração:

Como aponta Claire Michard, é comum em muitas línguas que as enumerações sigam a ordem: seres animados humanos, seres animados não-humanos e seres inanimados. A linguagem corrente estabelece uma hierarquia constante nas enumerações de seres humanos, atribuindo maior valor cultural e social ao primeiro termo: os homens e as mulheres, os meninos e as meninas, os irmãos e as irmãs, os pais e os filhos, o médico e os pacientes, professores e alunos. Para Michard “essa ordem canônica no interior de um par referente a pessoas exprime relações de desigualdade social...trata-se de uma ordem decrescente de determinação quanto à humanidade” (1999:61).

A linguagem não faz uma revolução, mas pode ser instrumento de construção de igualdade e de cidadania. Um outro mundo é possível, uma outra linguagem é possível.





## **5. Algumas possibilidades de intervenção no uso da linguagem**

A linguagem não trata imparcialmente mulheres e homens. Não há democracia nem compromisso com a cidadania de gênero nas regras da linguagem dominantes. Daí a necessidade de intervir conscientemente.

Maria Elena O. O. Assumpção e Maria Otilia Bocchini, em seu livro *Para escrever bem*, optaram por alternar ao longo do texto as formas leitora-leitor e redatora-redator. Em nota, afirmam: “Causa certo estranhamento no começo, mas logo passa. É uma solução possível para evitar o uso exclusivo do masculino quando se quer falar com pessoas dos dois sexos.” O recurso já havia sido usado no boletim *Mulher e Saúde* (de 1993 a 1999), da Sempreviva Organização Feminista, editado por M.O.Bocchini. Nesse boletim, alternava-se médica-médico. Obviamente, optar pelo uso do feminino com valor de genérico tem um valor de teste dessa possibilidade junto a leitoras e leitores. As autoras do livro receberam muitas aprovações explícitas de leitores e leitoras para a opção, a maioria das quais reconhecendo o estranhamento inicial e o acostumamento fácil no prosseguimento da leitura, confirmando a profecia da nota. Uma professora de português relatou a persistência do estranhamento ao longo de toda a leitura.

## **6. Relações de gênero na Universidade Federal de Juiz de Fora**

Em um estudo de caso concreto sobre uma das instituições que apresentam envolvimento com a questão de gênero, apresentamos um balanço sobre a participação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) no debate da situação da mulher na sociedade. Estas iniciativas são feitas considerando-se a importância da Universidade para debater a situação da mulher na sociedade, com vistas a mudanças, por uma sociedade mais igualitária. Queremos apresentá-las e debatê-las por entender a importância do tema e de sua presença neste evento científico. Vamos relatar e avaliar as seguintes atividades desenvolvidas:

- 1) Projeto: O uso de linguagem não sexista no *Jornal de Estudo*, publicação laboratorial da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, de dezembro de 2002 a abril de 2004, o que foi definido com os discentes após palestra da professora Maria Otilia Bocchini (ECA-USP), na Universidade, sobre o tema.
- 2) A presença das disciplinas Mídia e Relações de Gênero e Audiovisual e Relações de Gênero em cursos de especialização são ações que discutem relações de gênero na UFJF, no âmbito do ensino.



- 3) Pesquisa, sob orientação da professora Cláudia Lahni: alunas do PET fizeram uma análise da presença da mulher em primeiros cadernos de jornais de capitais, além de leituras em um módulo (grupo de estudos).
- 4) Teoria e Prática pela Emancipação Feminina, projeto de extensão, que realizava eventos mensais colocando o tema em pauta. Coordenação feita em conjunto com a professora Nair Barbosa Guedes, da Faculdade de Serviço Social.
- 5) Durante cinco anos, também foi feito o Programa de Mulher, um informativo feminista semanal em rádio, veiculado em emissora comunitária.
- 6) Hoje, a disciplina Comunicação Comunitária e o Núcleo sobre o Território e a Cidade da Casa de Cultura trabalham com o Coletivo Feminista Maria Maria Mulheres em Movimento, que representa a Marcha Mundial das Mulheres em Juiz de Fora.

## TÍTULOS E RESUMOS DOS PARTICIPANTES DA MESA (todas)

### **Resumo 1**

#### **Legitimidade acadêmica de uma perspectiva feminista no ensino da comunicação.**

Alice Mitika Koshiyama – docente, Universidade de São Paulo (USP)

A cidadania plena para todas as mulheres é parte de uma perspectiva feminista que resulta do conhecimento da história e do desejo de superar as limitações colocadas pelas ideologias dominantes e pelas práticas culturais discriminatórias repetidas ao longo do tempo. Comprovamos que os trabalhos acadêmicos contribuem para o conhecimento e para a crítica das idéias e ações relacionadas à cidadania das mulheres, conforme resultados de nossa experiência.

### **Resumo 2**

Linguagem sexista e cidadania das mulheres  
Maria Otilia Bocchini (ECA-USP)

O trabalho aponta a persistência do uso do masculino genérico e de outras estratégias de linguagem contrárias à cidadania das mulheres, mais de vinte anos depois da publicação de guias da Unesco com diretrizes para uma linguagem neutra quanto aos gêneros-sexos. Tais diretrizes, de 1987, foram atualizadas e republicadas em 1999 -- frutos da produção acadêmica e da pressão de feministas de vários países. Sua completa aplicação e



constante atualização dependem de empenho constante de mulheres e homens profissionais e docentes de comunicação.

## REFERÊNCIAS

### (Referências bibliográficas para itens 1. , 2. e 3.)

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Apres. Celso Lafer. Nova ed., Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

BRAUDEL, Fernand. “História e ciências sociais: a longa duração”. In: *Escritos sobre a história*. São Paulo, Perspectiva, 1978, pp. 41-77.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. 2a. ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

COBRA, Ercília Nogueira. Virgindade Anti-higiênica - Preconceitos e convenções hipócritas. Ed. da Autora, São Paulo, 1924, 127 p. (referido por L. C. Melo e minha cópia), transcrição de R.Q.Cobra, in: [http://www.geocities.com/cobra\\_pages/virgindade.html](http://www.geocities.com/cobra_pages/virgindade.html)

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, 7a. ed., Rio, Paz e Terra, 2004.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. Communication, identité et citoyenneté féminine dans la culture globale: actualité du passé: in ACTES DU IV ème Colloque France-Brésil des Chercheurs en Communication - PRATIQUES CULTURELLES COMMUNICATION ET CITOYENNETÉ, Grenoble, 1998, pp.269-276.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. A educação de uma nova mulher: o sonho e o pesadelo de Ercília N. Cobra. (paper aprovado para apresentação no GT- Poder, Gênero e Práticas da Liberdade, no Congresso da ANPUH-SP de 2008).

PERROT, Michelle. “Caçadora de memórias femininas”, entrevista a Laura Greenhalg. Caderno ALIAS, *O Estado de S. Paulo*, 04 de março de 2007.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo 1890-1930*. Rio, Paz e Terra, 1991.

SILVA, Cármen da. *O Melhor de Carmen da Silva*. Seleção de Júlia Tavares, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1994.

### (Referências bibliográficas para itens 4. e 5)

AMADO, Tina. Professora ou professor? (nota da tradutora). in Coordenadoria Especial da Mulher/Secretaria Municipal de Educação. Prefeitura de São Paulo. *Educar para a igualdade: gênero e educação escolar*. Maria Lúcia da Silveira, Tatau Godinho (orgs). São Paulo, 2004. p 15-17

ASSUMPÇÃO, Maria Elena O. O. e BOCCHINI, Maria Otilia. *Para escrever bem*. 2ed ampl. São Paulo, Manole, 2006



HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, 2001

HOUEBINE-GRAVAUD, Anne-Marie. Femmes/langue/féminisation: une expérience de politique linguistique en France. *Nouvelles Questions Féministes\**: revue internationale francophone. 1999, vol.20, n°1, p23-51

MICHARD, Claire. Humain/femelle: deux poids deux mesures dans la catégorisation de sexe en français. *Nouvelles Questions Féministes: revue internationale francophone*. 1999, vol.20, n°1, p53-93

MICHEL, Andrée. *Não aos estereótipos: vencer o sexismo nos livros para crianças e nos manuais escolares*. trad Zuleika Alembert e Violette Nagib Amary. São Paulo/Paris, Conselho Estadual da Condição Feminina/Unesco, 1989

UNESCO. *Guidelines on Gender-Neutral Language*. 3ed. Paris, 1999

UNESCO. *Pour l'égalité des sexes dans le langage*. 3 ed. Paris, 1999

unesco. *Recomendaciones para un uso no sexista del lenguaje*. Paris, c. 1987

\* A revista NQF é indexada e, na altura de seu volume 20, era publicada com apoio do Ministério dos Direitos das Mulheres francês. O n°1 do vol. 20 teve como tema Sexismo e Lingüística.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (orgs). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.